



Anais da Assembléia

Nº 076

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL
REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Rossoni e Toti Colaço.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademir Traiano, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Doutor Rosinha, Élio Rusch, Lourenço Fegonese, Nilton Barbosa e Oswaldo Trevisan (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO ESPECIAL

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão.

A Sessão de hoje foi transformada em audiência para oitiva do Senhor Deputado Federal Delcino Tavares e do Dr. Mário Barbosa Tourinho da Coordenadoria da Cooperação Técnica e Controle do INAMPS sobre as denúncias neste Plenário formuladas pelo Deputado Florisvaldo Fier do PT.

Para melhor ordenamento da presente Sessão, esta Presidência adotará as seguintes regras:

1 - os convidados poderão falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze minutos, pelo Plenário, só podendo serem aparteados durante a prorrogação;

2 - encerrada a exposição, poderão ser formuladas interpelações pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos;

3 - para responder a cada interpeção, os convidados terão o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la, 5 ou 10 minutos;

4 - serão permitidas a réplica e a

tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis;

5 - é lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar a palavra por cinco minutos, sem apartes,

Nestas condições, e atendendo à deliberação do Plenário no último dia 7 de junho, convido ao Dr. Delcino Tavares, Deputado Federal para fazer uso da palavra.

Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Excelentíssimo Sr. Delcino Tavares.

O SR. DELCINO TAVARES - Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa, Senhora, Senhores Deputados.

Como é de conhecimento de meu Estado do Paraná, fui gestor de uma fase nova da implantação de um sistema de saúde que passava por uma transição das ações integradas de saúde, sistema unificado e descentralizado de saúde, até chegar nos dias de hoje, naquilo que manda a nossa Carta Magna. O Sistema Único de Saúde, com todas as dificuldades, com todos os percalços que esse sistema vive hoje.

Em junho de 1.987, o Paraná, juntamente com mais seis ou sete Estados Brasileiros, assinaram o primeiro convênio para a descentralização efetiva das ações de saúde: a implantação do Sistema chamado Unificado e Descentralizado de Saúde, que veio antes da legislação específica, e formulado de modo genérico, vago e impreciso, em cima de um plano de aplicação também genérico, em itens de interpretação bastantes ampla, como isonomia salarial, recuperação e ampliação de serviços, equipamentos e sistemas de pagamentos ambulatoriais informatizados com a CELEPAR.

Vários sub-itens foram desmembrados dentro deste plano de aplicação. Um deles, específico para reposição de frota dos hospitais, centros de saúde e regionais de saúde.

Demos início a este processo de implantação com este convênio. Na mesma época, o Paraná e o Espírito Santo acumularam a Secretaria de Estado da Saúde e a Superintendência Regional do INAMPS, com a finalidade de integrar estas estruturas da Administração Federal, Estadual e até mesmo da Municipal.

Aí começaram os primeiros problemas. Aí começaram os primeiros entraves: a resistência. A resistência dos servidores do INAMPS, que na sua ótica, compreensível porém não aceitável, entendiam que estariam sendo rebaixados do nível federal para o estadual, podendo chegar até mesmo ao município. E que poderia culminar, como agora já é uma realidade de fato, com um processo de extinção do Órgão, em virtude da nova finalidade, em virtude de um novo sistema que se implantava.

Hoje, existe o Projeto de Lei de autoria do Executivo, já aprovado por unanimidade, com aliança do PT ao PPR, com aliança do Caiado ao Eduardo Jorge e aos demais Líderes do PT na Câmara, ao Sérgio Arouca, do PPS; então aprovado por unanimidade, na ótica de todos os Partidos. E, já na Ordem do Dia para a extinção, em definitivo, para ser votado no Plenário da Câmara, possivelmente amanhã, no máximo depois de amanhã.

Faço este preâmbulo para tentar enforçar uma realidade que norteou muitas das divergências, muitas das polêmicas e muitas das dificuldades de interpretação, na condução deste processo de descentralização do Sistema de Saúde no Brasil.

Por ocasião dos primeiros atos deste Convênio, nós começamos a ter algumas dificuldades. Dificuldades nas prestações de contas, que eram feitas pelos Estados ao INAMPS, através da Superintendência Regional. E, muitas delas seguidas rigorosamente pela sistemática de prestação de contas do relacionamento federal e estadual da legislação em vigor. Mas, nós vivíamos uma outra realidade. Uma realidade que não tinha, inclusive, detalhamento, que transferia a gerência, a execução, o planejamento, aos Estados e aos Municípios. E, na época também vivíamos uma realidade inflacionária muito mais dura, muito mais cruel que a atual. E passamos a aplicar, quando na época, as decisões tomadas em Brasília, determinavam que não se poderia fazer aplicações de saldos de caixa no mercado financeiro. Nós fizemos isto aqui no Paraná, pioneiramente no Brasil. Fizemos um fundo paralelo, que não existia no Governo Federal, mas que tinha origem no recurso repassado pelo Governo Federal ao Estado.

Como resolver este impasse? Orçamentamos o Estado fizemos aplicações, gastamos dinheiro em programas de saúde, de prevenção, de tratamento e de infra-estrutura. E, agora, este assunto que em 1989 já foi objeto de escândalo aqui no Paraná. E escândalo por quê? Cada questionamento feito pelo escritório regional do INAMPS com relação à interpretação das normas técnicas que era sistematicamente repassados para fora da instituição às mãos do então presidente da Associação Médica do Paraná e no jornal daquela entidade fazia escândalos terríveis com relação a essas ações.

Isso levou a algumas posições salutarres. Tivemos aqui nesta Casa uma CPI solicitada pelo então Deputado Haroldo Ferreira que preencheu as formalidades legais e a instalou. E no dia da instalação eu aqui comparecia com base nas informações, documentos para contribuir para que essa Comissão pudesse ser ágil, célere e concluída no prazo regimental. No entanto, isso não aconteceu. O Deputado Haroldo Ferreira

após ouvir as peças acusatórias não mais deu seqüência àquela CPI e ela fluiu, fluiu no tempo e foi arquivada por decurso de prazo.

Aqui, recentemente, é de conhecimento da Casa, um parlamentar Deputado Florisvaldo Fier, conhecido como Dr. Rosinha fez referências a essa CPI que na época não deu em nada porque a Casa foi submissa ao Governo Álvaro Dias.

Não. A maioria da Casa não se submeteu à omissão e à responsabilidade de que conduzia a CPI e solicitou uma segunda CPI com todo trâmite regimental necessário e a instalou e a fez fluir e concluiu seus trabalhos com base num relatório de auditoria minuciosamente detalhado pelo Tribunal de Contas do Estado que concluiu não ter havido nenhum ilícito, e nenhuma lesão ao interesse público na gestão da Secretaria de Saúde. E essa CPI foi concluída naquele momento também no discurso do nobre parlamentar desta Casa ele fazia alusão que o relator daquela CPI era suspeito, porque seu irmão estaria envolvido nesse processo.

Mas, esqueceu de dizer que o Senhor Antonio Carlos de Almeida César, como também eu entramos na Justiça contra o detraitor, contra o infamante que aqui na época presidia a Associação Médica do Paraná. E esqueceu de dizer também que a Justiça se pronunciou, a Justiça concluiu, a Justiça julgou, condenou, prendeu, algemou e trancafiou atrás das grades por uma semana pelo menos e, depois beneficiou o réu primário porque na sua condição de primariedade para cumprir a sentença em liberdade.

Portanto, com relação à CPI que não deu em nada, não precisava nem eu dizer alguma coisa porque está aqui nos anais da Casa.

Mas, em paralelo, sobre o mesmo assunto, houve uma auditoria do Tribunal de Contas em todos os estados brasileiros que enfrentavam problemas de interpretação, de confronto com as normas técnicas, de controle, de fiscalização e de acompanhamento. E essa auditoria levantou uma série de questionamentos em todos os estados brasileiros, inclusive aqui no nosso, na nossa gestão no Paraná. Na Prefeitura de Curitiba quando o então prefeito era o atual Governador, a prefeitura de Londrina e de Maringá e no Governo do Estado. Só que cada questionamento daqueles levantados foram respondidos tecnicamente pela Secretaria e pelas prefeituras e que culminou com uma decisão final lavrada em 13 de fevereiro de 93, auditoria do Tribunal de Contas da União, sobre o Paraná, no exercício de 88 e saldos de 87. Toda a minha gestão de 87 e de 88, auditada e ao ser auditada, levantados os questionamentos chegou à seguinte conclusão. "O Tribunal avaliando as

contas e os relatórios de levantamentos de recursos SUDS exercício de 88 e saldo de 87 do Estado do Paraná. Responsáveis: Delcino Tavares da Silva - Secretário de Estado e Superintendente da Fundação Caetano Munhoz da Rocha; Roberto Requião de Mello e Silva - Prefeito Municipal de Curitiba; Saide Felipe Ferreira - Prefeito Municipal de Maringá; Wilson Rodrigues Moreira - Prefeito Municipal de Londrina. Relatora Ministra Elvia Castelo Branco, decide, 1º: "Tornar insubsistente o item 1." Esse item 1 é um dos itens aqui levantados pelo Nobre Deputado Doutor Rosinha, em que ele aqui apresentou teria sido adquirido a preço superfaturado. No entanto, não sei porque se referiu, ou melhor, foi escolhido o Hospital de Figueira.

Vários parlamentares que eu vejo aqui sentado, alguns que na época não eram parlamentares mas sim prefeitos, puderam acompanhar naquele período que o Estado através da Secretaria de Saúde pelo convênio SUDS, pôde comprar, construir, equipar mais de 80 municípios com novos hospitais. Não sei porque, até sei porque escolheram Figueira, porque trata-se de um município da Região onde eu tinha base profissional, médico e minha principal base política. Até compreendo. Mas, a conclusão final desta auditoria. Tornar insubsistente não o questionamento do superfaturamento ou qualquer outra coisa, porque isto estava claro. O hospital fora comprado apenas pelo valor patrimonial do imóvel, mas sim, uma interpretação de que este imóvel deveria ser patrimoniado no INAMPS e não no município. Então a conclusão: tornar-se insubsistente e dispensar a incorporação ao patrimônio do INAMPS do Hospital e Maternidade Menino Deus de Figueira Paraná, abrangendo: o imóvel, benfeitoria e bens móveis conforme decisão da escritura lavrada em 10 de fevereiro de 88, adquirido com recurso SUDS.

Item 2, "considerar satisfatoriamente resolvida todas as questões levantadas nos presentes processos e guardá-los na inspetoria competente, onde servirão como subsídio ao exame do processo de tomada de contas do INAMPS de 1988. Data da Sessão 10 de 02 de 93, assinado: Ministro Carlos Atila - Presidente do Tribunal e Ministra Elvia Castelo Branco - Relatora. Esta é uma vertente de auditoria direta do Tribunal de Contas da minha gestão. A outra vertente que seria oriunda das prestações de contas do INAMPS envolvendo recursos repassados aos Estados, requeri do Tribunal de Contas da União após este lamentável episódio ocorrido aqui na Assembléia, situação que eu considerava - em definitivo, conclusa, mas que na realidade não fora. Certidão: "Certifico para os devidos fins que Delcino Tavares da Silva Secretário

de Estado da Saúde e Superintendente da Fundação, revendo as tomadas de contas ou prestações de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, rejeitadas por irregularidades na aplicação de recursos públicos federais, não consta o nome do requerente". Brasília, 03 de junho de 1993. Assinado: Carlos Ivã Maia - Secretário.

Bem, estes fatos, gerados na época, geraram questionamentos salutares. Aqui na Assembléia Legislativa que foi concluído através de relatório do Tribunal de Contas do Estado, de auditoria minuciosa, concluído, em definitivo. Foi também auditado, minuciosamente, pelo Tribunal de Contas da União, conclusão: em definitivo, nada que desabonasse a nossa gestão.

Avaliado, pelo menos em parte, pelo Tribunal da Justiça do Paraná, condenou o detratador. Esses mesmos episódios eu considero que tenham sido julgados pelo povo do Paraná, nas urnas.

Eu tive o meu nome sufragado nas urnas, meus detratores da época, Haroldo Ferreira, Nereu Massignan, José Elias Aiex Neto, não tiveram a mesma sorte, amargaram todos votação inferior a cinco mil votos.

Bem, quando eu era jovem, adolescente, sonhador, sedento de saber, de aprender, nas minhas leituras li o autor Franz Kafka, o seu livro "O Processo", fiquei agoniado, angustiado com o drama vivido pelo personagem; agora, deparo-me com uma situação semelhante, os mesmos fatos, com versões novas, roupas novas se multiplicam em processos novos circulando como verdades novas. Lamento, vejo aqui alguns Deputados do PT, Partido com o qual tenho o prazer de conviver na Câmara Federal, com Deputados do valor de Eduardo Jorge, João Paulo de Minas Gerais, mais o nosso Deputado de Londrina, representante do setor bancário, Deputados que são aguerridos, são duros na crítica, são ferozes ao estabelecer o contraditório, mas estão presentes para discutir esse contraditório, defender as suas posições, cobrar posições de seus antagonistas. E lamentavelmente não tenho o prazer de encontrar aqui hoje, como tive o prazer de encontrar no passado, enquanto Vereador na Câmara de Vereadores de Curitiba, hoje Deputado Doutor Florisvaldo Fier; naquela oportunidade os mesmos assuntos, compra de hospital, equipamentos de hospital, compras de veículos, que eu vou fazer comentários rápidos sobre cada um dos itens ao final, ele esteve presente, arguiu e se deu por satisfeito. Sei que ele está em Brasília num compromisso do PT que terminou ontem, sei também que quem está em Brasília está perto do mundo, sei também que quem está em Brasília pode estar em qualquer lugar do mundo em vinte e quatro horas, o caminho de Bra-

sília a Curitiba é relativamente curto, talvez tão curto quanto de Curitiba a Guaratuba, a Matinhos, talvez mais curto quando tem engarrafamento na rodoviária; mas com certeza é muito mais curto do que o caminho que eu percorri de Brasília a Curitiba, e depois do interior do Estado para aqui chegar para dar satisfação ao povo, aos representantes do povo nessa Casa do povo. Por certo o Doutor Rosinha, se eu quisesse aqui poderia estar para estabelecer esse contraditório. Mas ele ainda não estando eu gostaria de colocar algumas coisas para reflexão. A minha gestão foi objeto de duas CPIs, objeto de auditoria do Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União sobre o mesmo assunto, foi argüida a manifestação da justiça da nossa parte, existe algumas ações ainda andando, uma já concluída e com decisão já pronunciada e consagrada. Gostaria, como tenho feito esse apelo lá no Parlamento onde represento o Paraná, fazer aqui também, que essa moda pegue, que se faça até por sorteio quem sabe algum representante, algum administrador público para sofrer este mesmo crivo, esta mesma sistemática de acompanhamento, e que peguemos a moda da discussão democrática, livre, aberta, e que tenhamos invenção nas nossas conclusões, que não programemos os nossos neorôneos para a audição seletiva, ou visão seletiva de só vermos ou ouvirmos aquilo que nos interessar e que, talvez, nenhuma crítica, nenhum julgamento porque desconheço os fatos, mas como vi a defesa veemente dos nobres Deputados do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal quando as contas da Senhora Brondina em São Paulo foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas Municipal e rejeição mantida na Câmara dos Vereadores.

A versão dada pelos nobres Deputados de certo modo me convenceu, mas o que não posso assimilar com muita facilidade são os dois pesos e as duas medidas. Lá perseguição política, qualquer outro cidadão é safadeza. Ora, vamos ser coerentes, vamos ser realistas.

Para encaminhar a conclusão eu tomei a liberdade de preparar um material que pedi para ser distribuído aos nobres Deputados, onde, na primeira página, tem um resumo daquilo que foi dito pelo nobre Deputado Doutor Rosinha quando aqui se manifestava pela primeira vez no dia 12 de maio, mais ou menos ao estilo de: ouviu a galinha cantar e saiu vendendo ovos. Mas depois de alertado por alguém de maior peso e consciência solicitou informações do INAMPS, informações sobre pendências, e o INAMPS colocou essas pendências.

As pendências aqui colocadas que são as mesmas dos objetos das auditorias e das CPIs. São referentes: à compra de aparelho

de raio X; aquisição, sem licitação, de veículos; venda de medicamentos da CEME; Contratação de mão-de-obra e manutenção não prevista no plano de aplicação; prestação de serviços não realizados; construção de instalações sanitárias em diversos municípios; contas de combustíveis; assinaturas de revistas; pagamentos de taxas; aquisição do Hospital e Maternidade Menino Deus.

Algumas considerações muito sumárias a respeito de alguns desses itens. Com relação a compra de veículos sem licitação, isso foi exaustivamente questionado, discutido e analisado, jamais houve compra sem licitação na Secretaria de Saúde na minha gestão, o que houve sim, foi um estudo sério, responsável, para padronização da frota de veículos, com um convênio, inclusive, com o Ministério do Exército, para recuperação padronizada desses veículos, e na ampliação montamos um processo de dispensa de licitação para compra direta do fabricante, e essa é uma modalidade de compra na administração pública para compra direta do fabricante. E além disso, para não fixarmos num só fabricante fixamos os fabricantes pela predominância da linha de veículos existentes na frota. Fixamos na Chevrolet, na Volkswagen, não sei se mais alguma, mas duas, com certeza absoluta.

E além disto negociamos o melhor preço. Por quê? Porque além da opção pelo fabricante também conversamos com as concessionárias, porque os veículos na compra direta do fabricante ou qualquer outro bem de consumo são distribuídos pelas concessionárias. Estas diminuíram a sua margem de lucro e com isso compramos com dispensa de licitação, que é uma modalidade certa, correta, e compramos e já foi analisado por todos esses órgãos que me referi e em todos eles aprovados, no entanto, o processo permanece em aberto no escritório de representação do INAMPS.

Contratação de mão-de-obra e manutenção fora do plano de aplicação do INAMPS.

Como me referi, com a aplicação dos recursos no mercado financeiro, ficamos com um fundo que não existia, portanto não estava no plano de aplicação. Este fundo passou a aplicar, a financiar inúmeros programas de saúde pública que tínhamos e que não tinham fonte de financiamento. E esses planos de aplicação foram aprovados, inclusive, na Assembléia Legislativa.

Entre esses planos, aproveito para colocar, essa contratação de mão-de-obra construção de postos de saúde, prestação de serviços, construção e instalação sanitárias em diversos municípios. Esse nome talvez, os nobres Deputados tenham dificuldades de localizá-los, mas nos referi

mos àquelas chamadas "privadinhas do Delcino". Muitos vão se recordar delas. Eram aqueles módulos de instalação sanitária mínima, construída para a população de baixa renda onde não havia condições para a chegada dos programas da SANEPAR. Aqui em Curitiba temos um feito, na época em convênio com a Prefeitura, sob a gestão do Dr. Roberto Requião, no Bairro Alto, que na verdade não era no Bairro Alto, era no Bairro Baixo, era na várzea. Fizemos o projeto dos módulos sanitários que tive o prazer de visitar, posteriormente, há algum tempo e esta era a peça principal da casa. As pessoas demoliram o seu barraco e construíram acoplado a esse módulo.

Portanto, o que temos aqui é um emaranhado de pendências que contrariam decisões tiradas da própria direção geral do INAMPS com o Conselho Nacional de Secretários e também os auditores do Tribunal de Contas que passaram a fazer parte integrante do grupo técnico de avaliação dos processos dos Estados, conforme registrado na Coletânea de Legislação Básica do SUDS na exposição de motivos do Dr. Custódio Antonio de Matos, em 23.05.88, referindo-se aos convênios de 87 e 88.

Tomo a liberdade de ler alguns tópicos.

"As decisões relacionadas à prestação de contas do convênio SUDS de 87 devem ser levados em conta:

1° - Os convênios de 87 são omissos em relação a prazos e forma de prestação de contas que nunca, de fato, foram exigidas."

Esta é uma análise, uma exposição de motivos de autocritica do INAMPS ao propor algumas medidas.

2° - As poucas prestações de contas que foram encaminhadas não obedecem às exigências pertinentes do Governo Federal, além de não conterem as informações necessárias para análise.

Entre essas poucas estão incluídas as do Paraná.

Somente com os convênios que estão sendo agora assinados juntamente com as nossa parte, existem algumas ações ainda 12.05.88 é que os Estados passaram a dispor de normas claras para prestações de contas.

Então, a partir desta exposição, estabeleceu-se uma forma clara de prestação de contas, um fluxo de prestação de contas com acompanhamento de auditores do Tribunal de Contas conforme o item 6° que diz:

"No presente momento há dois inspetores do Tribunal de Contas do INAMPS para verificação das prestações de contas do convênio SUDS. Na verdade temos a admitir a tais inspetores que não dispomos de prestação de contas e que não podemos considerar como tal porque, do contrário, se-

Curitiba, segunda, em 14.06.93

ríamos co-responsáveis pelos erros, emissões daquelas prestações.

Isto aqui, eu coloco as informações aos nobres Deputados porque, a partir desses questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa comunica ao nobre Deputado Delcino Tavares que já fez uso de trinta minutos e lhe concede mais quinze minutos para que possa concluir a sua explanação.

O SR. DELCINO TAVARES - que foram os prazos ao processo kafkano que se instalara nas prestações de contas do Sistema Unificado e Centralizado de Saúde em todo o Brasil chegaram a uma definição em conjunto. Definiram que todas as prestações de contas que tivessem divergência de interpretação técnica, mas que os recursos tivessem sido aplicados no Sistema de Saúde, como é o caso de todos os recursos aqui no Estado do Paraná, deveriam ser ajustadas com o INAMPS, através de emissão de uma ordem de recolhimento pela Coordenação Regional do INAMPS dos Estados, a ser cumprida com recursos próprios do Governo do Estado, a ser cumprida para fechar este imoasse, mas sem correção monetária e sem juros. Esta foi a saída política para encerrar o processo Kafkan.

Não concordamos na época com esta interpretação, mas depois de recebermos um Ofício do Presidente de então do INAMPS José de Ribamar Pinto Serrão, em que fazia uma série de considerações e depois conclui: em consequência comunico a V. Sa. que o setor competente do escritório geral do INAMPS neste Estado emitirá ordem de recolhimento no valor de 132 mil, 464 cruzeiros, a ser recolhido com recursos próprios dessa Secretaria relativo a despesas efetuadas em desacordos com as normas que regem a matéria, relacionadas a seguir.

Aí vem os itens, os módulos sanitários, financiamentos de alimentação de sem terras, que dependendo da interpretação um pegava Querência do Norte, um pegava Quatiquá, outra interpretação pegava um outro município, mas na realidade tivemos naquela época um momento grave no Paraná onde demos socorro sim alimentar a muitos sem terras, a muitos acampados na periferia de cidades para evitar que aquilo se transformasse em grave doença, em grave problema social.

Isto para colocar visando objetivar a solução integral e definitiva dos requisitos daquela corte. Então, este foi o entendimento. A Direção Geral do INAMPS, o Tribunal de Contas da União, o Conselho Nacional de Secretários do Brasil, fez um entendimento de que para por um ponto final, desde que os recursos tivessem sido aplicados na sua íntegra no sistema de

saúde, esse recolhimento deveria ser pelo valor nominal, sem juro e sem correção.

Todas estas determinações, temos todas as nossas contas, as nossas pendências regularizadas, e culminada com uma legislação específica, também feita pela Diretoria de Administração Financeira, Augusto Garcia de Viveiros, em que faz uma série de considerandos e conclui que as glosas decorrentes de impugnação de despesas realizadas em desacordo com o Decreto nº 95.861, de 88, e suas alterações, com a Resolução do INAMPS de 02.01.89, cujo fato gerador tenha ocorrido até o terceiro trimestre de 90, deverão ser recolhidas pelo valor nominal.

Em função disto, em função do conhecimento das pendências aqui no Estado do Paraná, levantadas pelo Doutor Florisvaldo Fier, no dia 3 de junho de 93, encaminhei requerimento ao Doutor Carlos Mosconi, pedindo, após uma série de considerandos, dentro da fundamentação legal a que me referi, perguntando: estão solucionadas as pendências entendidas como irregularidades técnicas administrativas nas prestações de contas da Secretaria do Estado da Saúde e Fundação Caetano Munhoz da Rocha, relativas ao convênio SUDS, o saldo de 87, primeiro, segundo, terceiro, quarto trimestre de 88, primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestre de 89 e o primeiro trimestre de 90?

No caso de existir pendência, favor relacionar, bem como citar a fundamentação e/ou as razões que levaram o INAMPS do Paraná a ignorar a legislação mencionada nos itens 1 e 2 desta solicitação.

Bom, concluindo eu deixo para na sequência colocar-me à disposição para questionamentos, se forem necessários, algumas indagações: Em que devemos acreditar? Devemos acreditar na auditoria do Tribunal de Contas do Estado que minuciosamente auditou todos os itens, objeto da CPI aqui nesta Casa?

A Auditoria do Tribunal de Contas da União, que exaustivamente trabalhou, questionou e por final concluiu?

A Justiça do Paraná que de modo pelo menos localizado, avaliou e decidiu, julgou, condenou, prendeu o infamante, então Presidente da Associação Médica do Paraná, ao Secretário de Estado da Saúde, atual Doutor Almeida que emitiu uma nota pública contestando as declarações do Deputado Florisvaldo Fier, ao julgamento popular nas urnas ao qual me referi, ou do Doutor José Elias Aíex Neto ou nas versões aqui trazidas pelo Deputado Florisvaldo Fier, embasado em relatório fornecido pelo escritório regional do INAMPS que é localizado nos Estados, contraria a decisão da Direção Geral e em harmonia com o Tribunal de Contas da União, tenho certeza que os

nobres Parlamentares representantes do povo, nesta Casa do Povo, saberão interpretá-la.

Tenho certeza não tem nem visão seletiva, nem ouvido seletivo. Estão sim, na busca da verdade e a verdade permanecerá sempre.

Obrigado pela oportunidade ao líder do PMDB e do PT que, requerendo esta audiência pública me permitiram a presença aqui e aos nobres Parlamentares que tiveram a sensibilidade de votar favoráveis e a paciência de me ouvir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Agradecemos a participação do Deputado Delcino Tavares, logo a seguir os Senhores Deputados poderão se manifestar.

Esta Presidência, embora estando numa Sessão Especial, gostaria de lembrar aos Senhores Deputados acerca da tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

De acordo com o que foi estabelecido pela Comissão de Orçamento, na pessoa do seu Presidente, Deputado Nelson Justus, encerra-se hoje o prazo para apresentação de emendas e em se tratando de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a tramitação nesta Casa desse referido Projeto, obedece o mesmo rito dado ao Orçamento, à proposta orçamentária e nesse sentido, as emendas deverão ser apresentadas durante a tramitação da Mensagem, na Comissão de Orçamento e apenas gostaria de ler aos Senhores Deputados e pediria que cada um, após, em seu gabinete observasse isso: Artigos 203, 204, 205, 206, 207, 208 do Orçamento e o 209. A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que 1/3 dos membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Portanto, os Senhores Deputados que tenham interesse de apresentar emendas à Lei de Diretriz Orçamentária, terão que fazê-lo até o dia de hoje, após o quê, não serão mais recebidas emendas nem de Plenário, conforme estabelece o Regimento Interno nos Artigos 203 a 209 em especial.

Solicito atenção dos Senhores Deputados para que não tenhamos dúvidas a serem esclarecidas no futuro e problemas como tivemos, na tramitação de proposta de emenda constitucional.

Na sequência nós, se for do interesse dos Senhores Deputados nesse momento, se manifestar acerca do depoimento do Doutor Delcino Tavares, ou passaremos a palavra ao Doutor Mário Barbosa Tourinho, após o quê, nós poderíamos ouvir os Senhores Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente eu quero cumprimentar o De-

putado Delcino Tavares e ratificar aqui o que já dissemos após o nosso retorno de Brasília, quando lá estivemos numa Comissão de Parlamentares lutando pela não retaliação do Estado do Paraná e o Deputado Delcino Tavares se colocou à disposição da nossa comitiva, sempre nos acompanhando e nos ajudando no trabalho de conscientização dos Parlamentares para que não votassem favoráveis à retaliação do Paraná.

Porém, Deputado Tavares, o item 2, do seu dossiê me chama a atenção quando diz que não houve apenas uma CPI, houve duas. Na verdade, houveram, ocorreram 3 CPIs, uma delas, inclusive, que envolveu o Secretário que passou a ocupar o seu lugar na Pasta, Secretário Manoel de Almeida Neto, que esta Assembléia, evidentemente, fez esta CPI.

Nós, na época, presidimos a Comissão Parlamentar de Inquérito, que comprovou irregularidades do ex-Secretário Manoel de Almeida Neto. Ela se baseou, apenas, em irregularidades na época em que envolveu o Secretário Manoel de Almeida Neto. E, aliás, foi uma das poucas CPIs, nesta Casa, que chegou ao seu final, com relatório encaminhado ao Ministério Público e à própria Polícia Federal. Tanto é que o ex-Secretário responde processo na Polícia Federal.

Portanto, apenas este registro, depois, complementa sua assessoria dizendo que a sua gestão foi uma gestão de CPI's.

Na verdade, apenas queria complementar este fato, porque ocorreram três CPI's, e uma delas contra o ex-Secretário Manoel de Almeida Neto. Era este o reparo que eu queria fazer.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Cumprimento o Deputado Delcino Tavares. Não é nenhuma indagação que eu faço com Vossa Excelência. Simplesmente uma observação.

A CPI instalada em princípio de 1991, na atual gestão, ela não prosperou única e exclusivamente pela obstrução dos Deputados que dão sustentação ao Governo, nesta Casa.

Eu participei daquela Comissão. Fiquei frustrado pela obstrução sistemática promovida pelos Deputados que dão sustentação ao Governo, nesta Casa, em virtude do relacionamento muito estreito de muitos com o ex-Governador Álvaro Dias.

Eu, eu só queria fazer esta observação a Vossa Excelência de que a CPI instalada nesta Casa, a pedido do Deputado Florisvaldo Fier, não prosperou pela obstrução sistemática de não comparecer à CPI, por parte dos Deputados que dão sustentação ao Governo, nesta Casa. Infelizmente!

Era só isto.

O SR. DELCINO TAVARES - Nobre Deputado

Mário Bezerra, eu creio que estamos estabelecendo um vácuo tipo "Torre de Babel". Eu me refiro às CPI's enquanto era Secretário de Estado da Saúde.

A CPI requerida e presidida pelo Deputado Haroldo Ferreira, e que foi relatada na primeira e segunda fases pelo nobre Deputado Djalma de Almeida César, que tiveram trabalho exaustivo, ouvindo depoimentos, ouviram inclusive o então Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul e Presidente do Conselho Nacional de Secretários, o Deputado Antenor Ferrari, entre outros, também o Presidente da Sociedade Paranaense e Brasileira de Radiologia, a respeito daquela polêmica dos aparelhos de Raio X de 30 mil ampères.

Vossa Excelência se refere a uma CPI na atual legislatura, no período do atual governo. Não àquelas duas a que me referi.

O mesmo comentário vale à observação do nobre Deputado Algaci Túlio, que foi referente a uma segunda CPI, numa outra etapa, e concluída, o que vem invalidar a afirmativa, a assertiva do Deputado Florisvaldo Fier, de que esta Casa poderia ser submissa. Ela demonstrou que não é submissa, não é omissa, Pelo menos em duas oportunidades, na Saúde, concluiu as suas CPI's.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Antes de mais nada, quero comunicar à Mesa da Assembléia, e também, se me permitem, ao ilustre Parlamentar ocupante da tribuna, que o Deputado Florisvaldo Fier, Dr. Rosinha, que é uma florzinha que cheira bem...

O SR. DELCINO TAVARES - Não tive a oportunidade de cheirá-lo, mas se alguém cheirou e gostou...

O SR. ERNANI PUDELL - A rosa cheira bem, ao contrário de outras flores.

Eu quero apenas informar que o Deputado Florisvaldo Fier está hoje, neste momento, com uma audiência junto à TELEBRÁS, acompanhado de ex-funcionários da TELEPAR, membros do Sindicato, do SINTER, os trabalhadores das telecomunicações do Paraná, encaminhando graves denúncias que foram recebidas e que foram tornadas públicas, na TELEBRÁS.

O Deputado manifestou insistentemente o desejo de fazer este debate com Vossa Excelência, até porque foi o próprio Deputado Dr. Rosinha quem formulou algumas das denúncias que Vossa Excelência vem hoje, a esta tribuna, rebater.

Mas, infelizmente, o requerimento que o Deputado apresentou, solicitando o adiamento deste debate com Vossa Excelência, hoje, não foi acatado pela maioria do Plenário, a data não foi mantida, já se sa-

Curitiba, segunda, em 14.06.93

bendo, antecipadamente, que o Dr. Florisvaldo Fier não poderia estar presente, e tentou, de todas as formas, fazer esse debate numa data em que ele pudesse estar com Vossa Excelência.

Então, não procede a impressão que Vossa Excelência manifestou, de que o Deputado estaria fugindo do debate. Pelo contrário.

Quero lembrar também a Vossa Excelência que apesar de contar com um Tribunal de Contas claramente composto por pessoas oriundas de posições políticas e contar com uma Câmara de Vereadores majoritariamente contrária, e eu diria até adversária e intransigente, a Prefeita de São Paulo não pesa sobre ela nenhuma acusação de imoralidade. Diferente de alguns que, feliz ou infelizmente têm o privilégio de contar com majorias tranqüilas e folgadas nas Casas Legislativas e com simpatia nos Tribunais de Contas, por afinidade política, que impedem muitas vezes que as CPI's - que são verdadeiros instrumentos dos mais importantes da cidadania e da consolidação da democracia neste País, não pode prosperar, como foi feito, aliás, no caso do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Eu quero dirigir duas perguntas a Vossa Excelência. Infelizmente não estou a par dos detalhes das denúncias que foram apresentadas pelo Deputado Rosinha, mas me parece que duas coisas são fundamentais. Eu me recorro que o Deputado Rosinha em vários momentos da tribuna transmitia a sua preocupação, até mesmo a sua indignação pelo fato de que problemas e irregularidades na prestação de contas da Secretaria de Estado do Paraná e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha em desacordo com normas estabelecidas pelo INAMPS, estavam causando prejuízos ao Paraná, onde o fluxo de recursos do INAMPS estavam sendo obstados e não enviados ao nosso Estado.

Quer dizer, havia um prejuízo evidente ao interesse público no Estado do Paraná, pelo não envio desses recursos, em razão, exatamente, das irregularidades, não vou aqui dizer que são de ordem moral ou meramente técnicas, mas havia irregularidades nos procedimentos que impediam o envio de dinheiro e o Paraná perdia e perde com isso.

Isso não se pode negar, tanto que Vossa Excelência disse muito bem, que o Tribunal de Contas e o próprio INAMPS arrumou um jeitinho, entre aspas, não homologando as contas, mas criando um precedente de que as devoluções teriam que ser feitas em valores nominais. O que, na prática, tornaria, quer dizer, para regularização dos processos, das pendências que estavam havendo, o pagamento de quantias simbólicas que no momento em que as irregularidades foram cometidas, eram quantias astronômi-

cas, mas pela espiral inflacionária que sofre o País, no momento da decisão se transformaram em quantias ínfimas. O que, no meu entendimento, confirma, pelo menos pelo Tribunal, que Vossa Excelência manifestou pelo próprio INAMPS, não houve em nenhum momento, uma mudança do comportamento no critério de avaliação das contas. Eu acho que é isto, e gostaria que Vossa Excelência esclarecesse com detalhes.

Um outro fato me chamou a atenção há algum tempo atrás, foi uma notícia de que no Hospital Regional de Cascavel, e eu na época tive oportunidade de ter acesso à documentação, houve uma aquisição muito grande de medicamento e utensílios para o hospital, numa quantia astronômica, elevada, e que havia e pesava denúncias que essas compras do Hospital Regional em Cascavel girava em torno de duzentos milhões de dólares, muitas delas podiam ser encontradas a preço de mercado, a preços inferiores.

E finalmente, saber se Vossa Excelência teve alguma participação direta ou indireta no famoso episódio da Sainel que foi objeto dessa CPI que o Deputado Bezerra mencionou aqui que foi abortada essa CPI aqui na Assembléia. A maioria governista não comparecia e não dava quórum. E quando se esgotou o prazo por ausência de quórum, essa CPI não conseguiu andar, ela foi simplesmente abortada.

Me parece que não é um procedimento resultado dessa investigação e não satisfaz, no meu entendimento, o acusado, porque o acusado acaba se valendo de princípios de procedimentos procrastinatórios que não chegam a uma análise do mérito da questão e permanece essa dúvida no ar.

Eu me recorro que o Hospital Regional de Cascavel a mesma acusação de procedimentos havia na aquisição daqueles equipamentos e utensílios porque se faziam lotes de tal forma com quantidades tão grandes que impediam a participação de pequenas empresas fornecedoras, ficando apenas algumas poucas empresas em condições de fornecer grandes lotes, muitas vezes feita através de cartas-convites, e com isso itens importantes que estavam incluído nesse conjunto de equipamentos e utensílios comprados acabavam saindo por preço superfaturados.

Então, gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse essas três indagações.

O SR. DELCINO TAVARES - Eu agradeço a nobre Deputado que me interpela, Deputado Pudell, pela oportunidade de tecer mais alguns comentários.

As suas perguntas objetivas abordam um ponto que o Deputado Rosinha aqui colocou de modo taxativo, contundente O Estado do Paraná teria sido prejudicado com blo-

queio de fluxo de recursos trata-se de uma tremenda e deslavada mentira. E aqui se encontra presente o chefe do escritório regional do INAMPS, que irá ser interrogado após a minha participação.

Em nenhum momento não houve sequer o chamado "jeitinho". Houve sim o enfrentamento de um impasse que era real e definitivo. Ou se soluciona ou se deixa a pendência. Deixando-se a pendência vai-se à análise dos últimos detalhamentos jurídicos. Como foi o caso do Tribunal de Contas que não fez o embasamento para o ajuste final apenas do "conchavo". Não.

Foi com base numa auditoria "in loco", em 88 e posteriormente em 90 quando eu já não era mais Secretário. E aí eu abro para responder a sua segunda pergunta. A questão da Sainel. "Quem pariu Mateus que embale". Não conheço Sainel; não tive relação com Sainel. Em nenhum momento meu nome pode ser envolvido com qualquer empresa que, eventualmente, possa ter participado de qualquer esquema PC que tenha ocorrido nesse país. Nenhum sequer.

Essa CPI ao qual V.Exa. se referiu foi feita em auditoria conjunta Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e a CPI. E foi a detalhes sim. E no mesmo dia 10 de fevereiro de 1993 o mesmo Tribunal de Contas julgou a auditoria de 90 que pagou só um trimestre da minha gestão porque eu deixei a Secretaria em 02 de abril de 90. Mas, não fez uma referência sequer à minha gestão, forneceu-me uma certidão negativa de todas auditorias e prestações de contas como tive oportunidade de aqui ler e mostrar autenticidade com o selo da República.

A questão de valores superdimensionados parece-me que naquela questão que V.Exa. se refere o próprio relatório do Tribunal de Contas aponta valor nominal X em tal local, valor nominal Y em outro lugar, desafio alguém que apresente um só item com preço diferente, maior, solicitado e comprado na minha gestão e oferecido. Tentaram, tentaram diversos procedimentos e nenhum se concluiu. Por isso, para tranquilizá-lo, não tenho nenhum envolvimento com a Sainel e a minha gestão não contribuiu em nenhum momento para a interrupção de fluxo de recurso ao Estado do Paraná. Pelo contrário, quem assistiu o Globo Repórter da semana passada sobre saúde pôde perceber ali uma armação muito clara, a mistura intencional não sei de quem e nem porque de episódios que não se casam cirurgia feita por determinado médico num hospital e ao mesmo tempo em outro hospital a 200 quilômetros de distância, cirurgias feitas em mulheres quando o procedimento deveria ser masculino, mulheres gestantes aos 60, 70 anos: misturando tudo isso com os questionamentos técnicos e admi-

nistrativos de um vazio de lei que não existia no sistema único de saúde, o sistema único de saúde só saiu em 88 com a Constituição e só foi regulamentado, definido com clareza com a lei orgânica da saúde. Portanto, Nobre Deputado Pudell, nada tenho a ver com esses pontos que Vossa Excelência levantou. As questões que V.Exa. colocou podem ser melhor analisadas, melhor lidas, melhor referidas na auditoria do Tribunal de Contas do Estado que faz parte da CPI relatada pelo Deputado Djalma de Almeida Cesar; e pode ser também lida e interpretada nos mínimos detalhes nas auditorias, nas duas auditorias, que abrangeu 87 e 88, e a que abrangeu a gestão de 90 no relatório dos auditores do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, que por sinal, aproveito o gancho, em virtude de insinuações do Nobre Deputado Florisvaldo Fier de que inúmeros inquéritos, dezenas de inquéritos estavam sendo encaminhados à Polícia Federal. Eu tenho em mãos uma certidão de que não tramita nenhum inquérito sequer no qual eu possa ser relacionado. Tem uma certidão do Cartório de Distribuição de Curitiba, que desde a sua fundação em 1963 até a data de hoje, não existe sequer o registro de uma ação criminal envolvendo meu nome, e tenho uma certidão do Tribunal de Contas da União que me isenta das alegações que V.Exa. aqui coloca, e outra fornecida pelo Tribunal Eleitoral que me dá o mandato num julgamento popular na urna em função da gestão na Secretaria de Saúde, e que me referia com relação ao programa Globo Especial, essa misturando, aquela análise crítica sem ouvidos e nem olhos seletivos em que apontavam quadro negro do Brasil inteiro, colocava uma única exceção, o Paraná. E depois faz uma referência focalizada com imagens da Prefeitura de Guarapuava do Nobre correligionário da Deputada Emilia Belinati mostrando como funciona aquele sistema de saúde. Agora, aquela infra-estrutura Nobre Deputada Emilia, foi edificada na sua maioria na nossa gestão de Secretário, os emocentros, centros de saúde, ambulâncias. Não há um Município sequer do Paraná que não tenha recebido em infra-estrutura, com gabinete odontológico pelo menos, um centro de saúde, ou quem não tinha, 90% dele um hospital municipal, portanto, o Paraná tem estrutura física para absorver o sistema novo de saúde, e Cascavel, nobre Deputado Pudell, aquele hospital é um hospital que foi concebido não por nós, foi concebido numa ótica do Brasil grande, na época do milagre brasileiro, para ser um grande gigante na área hospitalar, mas que nós procuremos adaptar e transformar aquele elefante branco no terceiro hospital, no terceiro polo de referência macro-regional

para a saúde contrapondo-se a dois naturais, o de Curitiba e o de Londrina, criar um artificialmente através daquele elefante branco que poderia ser útil, mas que infelizmente foi esquecido que ele foi concebido para concepção de um centro de alta tecnologia e de referência para o setor hospitalar, e o transformaram em um hospital municipal, aí lógico, ele fica ocioso, aí lógico, ele fica inadministrável economicamente, porque na sua totalidade era para ser 450 leitos, tem uma infra-estrutura para 450 leitos, centros cirúrgicos, centros de laboratórios e análises clínicas e de rádio diagnósticos, tudo além de estrutura de apoio, lavanderia, cozinha, para 450 leitos, e no entanto, lá só funcionam 150 leitos, e lá com essa concepção Cascavel jamais terá transformado aquele hospital à altura do equipamento que ele recebeu, equipamento de primeiríssima geração, investimento de dez milhões de dólares entre a construção e o equipamento, que lamentavelmente se perdeu. Se perdeu como se perdeu o modelo de assistência que se implantou aqui no Paraná, que era para ser modelo para o Brasil como foi apontado o Paraná e Guarapuava, como modelo para o Brasil e com a única exceção nesse caos que é a saúde pública do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Deputado Delcino, gostaria de me congratular com V. Exa. pela maneira com que recebeu o nosso convite, a nossa convocação, estando aqui no dia e hora traçado. E queria dizer ao nobre Deputado Ernani Pudell que não procede o argumento do ilustre Deputado Ernani Pudell sob a alegação de que após insistentes apelos do Deputado Rosinha para que transferíssemos a data desses seus esclarecimentos. É bom que se frise que há quinze dias atrás nós entramos com requerimento nesta Casa que foi devidamente aprovado por toda Assembléia Legislativa e após a aprovação a previdência da Casa determinou que esta segunda-feira se constituísse numa Sessão especial para ouvirmos os seus esclarecimentos bem como do Dr. Tourinho. Na terça-feira passada o Deputado Rosinha entrou com outro requerimento alegando que por motivos pessoais não poderia comparecer hoje aqui e verificando da possibilidade para se transferir para uma outra data, especificamente dia 21, ou poderia ser outra data. Nós alegamos ao Deputado Rosinha que V.Exa. já havia confirmado a sua presença, bem como o Dr. Tourinho, que a Presidência da Casa já havia determinado que esta Sessão seria es-

pecificamente para nós ouvirmos ansiosamente os seus esclarecimentos, uma vez que as denúncias do Deputado Rosinha foram bastantes graves, e se foram denúncias graves eu acho que essa Sessão de hoje deveria ter a importância que ela merecesse, portanto, compensaria se adiar qualquer outro compromisso uma vez que essa Sessão tinha uma razão muito profunda de ser. Portanto, mais uma vez, explica mas não justifica a argumentação do Deputado Ernani Pudell, nós lamentamos que o Deputado Rosinha não esteja aqui, mas isso não invalida a presença de V.Exa. bem como do Dr. Tourinho, e esperamos que esses esclarecimentos eliminem de uma vez por todas quaisquer outras supostas denúncias a esse respeito, uma vez que a oportunidade era agora, é hoje. Portanto, não dará chance de amanhã ou depois querer voltar-se novamente a esse tema ou querer novamente levantar uma polêmica a este respeito.

Portanto, congratulo-me com Vossa Excelência, parablenizo pelas explicações e acho que foi uma atitude bastante digna de Vossa Excelência, de um Parlamentar, um Deputado brilhante do Paraná representando o Paraná em Brasília e, como um Secretário de Saúde que foi tem seus serviços prestados ao Paraná.

Em nome da Liderança, queremos agradecer a sua presença, agradecer a presteza com que se dispôs a estar aqui hoje, aceitando de pronto o nosso convite, após aquelas alegações. Só nos resta agradecer e parabenizá-lo pela sua atitude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Djalma de Almeida César com a palavra.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ao cumprimentar o Ilustre Deputado Delcino Tavares, eu quero pedir a Vossas Excelências, Senhores Deputados Estaduais um pouquinho de atenção para as colocações que vou tentar fazer nesta oportunidade.

Até parece que foi coisa combinada. Eu estava torcendo para que o Deputado Rosinha estivesse presente, até para que nós pudéssemos contestá-lo em algumas afirmações feitas, recentemente, em alguns jornais aqui da Capital.

Eu fui relator escolhido para relatar tudo aquilo que acontecera durante a CPI da Saúde alusiva à gestão Delcino Tavares.

Nós tivemos duas CPI's da Saúde. A primeira, como eu já disse, referente à administração Delcino Tavares e uma segunda, eu não sei qual tenha sido o resultado, foi correspondente ao período do Secretário da Saúde, Doutor Manoel Almei-

A CPI da qual eu participei na condição de relator durou, nada mais nada menos, um ano. O prazo inicial era de noventa dias, depois prorrogado por mais noventa e depois por mais seis meses: durou de abril/maio de 89 a maio/junho de 90.

Eu na condição de relator com os poucos conhecimentos que eu tenho de direito, em razão de eu ser bacharel em direito, só poderia relatar e escrever aquilo que eu vi, aquilo que eu ouvia na oportunidade. Eu não inventei. Eu relatei e dei o meu parecer pela improcedência das denúncias.

Por quê? Uma CPI é regida pelo Regimento Interno da Casa que foi reformulado no finalzinho de dezembro de 1990, mas esta CPI durou de 89 a maio de 90. Uma CPI a nível federal, a nível estadual e até a nível municipal, ela tem o seu roteiro baseado ou no Regimento Interno, mas tem também o seu roteiro amparado pela Constituição Estadual e também pela Constituição Federal.

Existe a Lei Federal nº 1579, do ano de 1952, que ainda não foi revogada. Aí nós temos o artigo 62 do Estado, digo da Constituição do Estado, o artigo 58 da Constituição Federal, e essa denúncia que deu margem, que deu origem a criação e instalação dessa CPI, a denúncia foi feita com objetivo de apurar possíveis irregularidades na implantação e funcionamento do SUDS no Paraná. E a composição da CPI na oportunidade foi feita através do Deputado Haroldo Ferreira, que em nome de treze entidades paranaenses, além dele mesmo presidir essa CPI numa primeira etapa, para depois essa CPI ser presidida pelo Deputado José Felinto, e finalmente pelo plecaro Deputado aqui presente, Deputado Costenaro.

Nós tivemos, portanto, o Deputado Haroldo Ferreira, José Felinto, este que lhes fala, na condição de Relator, Pirajá Ferreira, Amélia Hruschka, Valderi Vilela, hoje Presidente do PDT no Paraná, era integrada também pelo ilustre Deputado Pessuti, hoje Presidente desta Casa, e nas reuniões, mais de vinte reuniões semanais realizadas, por lá passaram os Deputados Basílio Zanusso, Deputado Kielse, hoje Conselheiro do Tribunal de Contas, Deputada Vera, Eduardo Baggio, Artagão de Mattos Leão, Manfrinato, Nereu Massignan, Algaci Túlio, Deputado Tonelli, Deputado do PT na oportunidade, Deputado David Chierigate e outros Deputados.

Nós tivemos o depoimento de mais de 20 (vinte) pessoas, inclusive do Doutor José Elias Aiex, então Presidente da Associação Médica do Paraná, que em nome dele e da Associação Médica foi quem primeiro fez as primeiras denúncias.

Aqui esteve também representando o

Sindicato dos Médicos do Paraná, o Doutor Mauro Goulart, Deputado Orlando Pessuti, que hoje é Secretário Especial para Assuntos internos do Governo do Paraná em Brasília.

Enfim, foram mais de vinte pessoas que em nome de entidades ou em nome particular, nome pessoal, aqui compareceram para falar alguma coisa que tinha como objeto um documento apresentado por treze entidades aqui do Paraná.

O Doutor Rosinha que foi quem provocou esta reunião hoje, então Vereador na ocasião, representante da CUT na oportunidade, compareceu, e por uma hora, no seu depoimento, falou, falou, falou, falou, mas não disse nada. Só acusações sem amparo, sem fundamentação, porque ouviu dizer.

Eu me preparei para falar para o Rosinha hoje, mas infelizmente ele não está aqui.

Até me parece, mas salvo melhor juízo, eu posso dizer que sou um homem correto.

Podem fazer uma devassa na minha vida.

Mas aproveitei a oportunidade, Luiz Carlos Zuk, você me conhece de lá, de Ponta Grossa, já durante a CPI, tentando me amedrontar, com o objetivo de me afastar da Diretoria, tentaram "pegar no pé", do meu irmão de sangue, filho da mesma mãe e do mesmo pai, cuja mãe, o Pessuti lembra disso (anteontem, Pessuti, a minha mãe fez 8 anos de falecida). Quantos Deputados não compareceram naquela ocasião ao sepultamento da minha mãe? Tenho um irmão que tem 20 anos de governo, Deputado Ernani.

Entrou por concurso público lá no tempo do Governo Canet. 20 anos de Governo. Quis o destino que fosse quindado à condição de Diretor Administrativo do DECON, que não tem recursos, apenas recebe recursos das Secretarias para contratação de serviços técnicos profissionais, sobretudo, elaboração de projetos arquitetônicos.

Nada mais do que isso / Mas, com o objetivo de me amedrontar, o Doutor Aiex, por aí, pela Imprensa, pelo "Correio de Notícias", pelo "Estado do Paraná", pela "Folha de Londrina" dizia na época que o relatório era suspeito porque um irmão seu, então Diretor Administrativo do DECON havia desviado recursos referente à reforma, à construção de postinhos de saúde na região litorânea.

E ainda, Toti Colaço, o Doutor Aiex, em nome dele, envolvendo até o nome da Associação Médica do Paraná, mandava que terceiros me provocassem, mas o Zuk me conhece. Eu sou de falar muito pouco. Eu ficava quieto, porque o seu grande objetivo - eu era magistrado, na época, eu era juiz, eu estava presidindo um inquérito,

que era a CPI e nada dizia - Mas o Aiex : "Não porque o Djalma, o Deputado, o relator é suspeito...", porque eu não estava envolvido.

Os Senhores sabem o que eu fiz? Primeiro, na condição de Relator mandei um ofício para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e pedi que procedesse uma auditoria nessas ditas contas de repasse de recursos da Secretaria para o DECON, para reforma ou construção de postos de saúde. Quarenta dias depois o Tribunal me deu parecer final: "Nada que apresentasse irregularidade".

Além disso, oficiei ao Governo do Estado para que também promovesse uma auditoria no DECON.

Também nada foi encontrado e aí, na condição de Relator, Deputado Duílio Genari, eu intimei novamente o Doutor Aiex, que foi o primeiro a prestar depoimento na CPI, eu o intimei novamente para que aqui comparecesse e, através de uma acaresação feita entre ele e o Diretor do DECON, o Dr. Aiex, veio aqui e disse que não era verdade o que ele tinha dito pela imprensa, que a imprensa estava deturpando tudo, que não tinha nada contra o DECON, mas mesmo assim, o meu irmão de sangue, dado o desequilíbrio emocional do Doutor Aiex - eu sou advogado, gente. Eu não sou médico. Eu não tenho nada ver com essa briga aí na área de saúde, de médico contra médico - o meu irmão entrou com uma representação criminal contra o Doutor Aiex, em janeiro de 1990.

Dia 4, precisamente. E sabem qual é o resultado desta representação criminal? A justiça do Paraná, através do Juiz da 10.^a Vara Criminal da Capital do Estado do Paraná, condenou o Dr. Aiex a quase 15 meses de prisão. Não está na cadeia porque é réu primário.

Eu estou usando da palavra, neste momento, até como um desabafo. Eu tinha dado a coisa já como falas contadas e passadas.

O Dr. Rosinha, nosso ilustre, conceituado e respeitado Deputado, nesta Casa, dias atrás ele dizia: "não, porque a CPI lá de trás". Nós tivemos duas CPI's : uma do "Maneco" e a outra, do Deputado Delcíno.

Eu fui Relator e membro apenas da primeira CPI, que embora com a duração de um ano, chegou ao seu final. E, na ocasião, aqueles que eram Deputados na oportunidade, aí estão os Deputados Basílio Zanusso, Costernaro, que foi quem presidiu por último a CPI, Deputado Pessuti, na ocasião o Deputado Haroldo Ferreira dizia: "não, eu estou aguardando", mesmo não sendo mais Presidente da CPI, dizia "estou aguardando o relatório final do Deputado Djalma para vir questionar, aqui desta Tribuna".

Só que até hoje ele não veio. Terminou

o seu mandato, teve tempo de mais um ano pela frente, o ano de 90 inteirinho e não teve a coragem de questionar. Por que? Porque as provas estão aqui.

Infelizmente, Senhores, eu queria apenas deixar claro o seguinte, como é que eu posso, quando não tenho provas incontestáveis, quando eu não tenho provas suficientes. Foi uma CPI que ficou mais na base do blá blá blá! Como outras tantas por aí! Que não se chega a lugar nenhum, não se alcança objetivo nenhum.

Na ocasião, quais eram os argumentos para a criação e instalação da CPI, sete tópicos, apenas, e queriam que a CPI abusasse a não aprovação. Gostaria que o Deputado Delcíno Tavares até anotasse, para responder, se for necessário e possível nesta oportunidade, a não aprovação de nenhuma prestação de contas efetuada pela Secretaria, junto ao INAMPS e Tribunal de Contas da União.

Tópico dois: compra de veículos com recursos dos Sud's, sem processo de licitação pública.

Compra de cem aparelhos de raio X de 30 mil ampéres, cuja utilização teve parecer contrário do Colégio Paranaense de Radiologia.

Item quatro: conta de hospital com valor superdimensionado.

Item cinco: aplicação dos recursos Sud's em despesas fora da finalidade do convênio, com o pagamento de honorários advocatícios, operação verão e doação para terceiros (bóias-frias de Quatiguá).

Sexto: declarações desencontradas feitas pelo Secretário da Saúde, Delcíno Tavares, quando do atraso do pagamento de serviços prestados na área de assistência médica, pela rede prestadora de serviços contratados conveniados e credenciados, que chocam-se com "notas de esclarecimento" divulgadas pelo Presidente do INAMPS, José de Ribamar Pinto Cerrão.

E por último, sétimo, não aplicação dos recursos repassados pelo INAMPS no 1.^o trimestre de 88, cujo montante é de 728 milhões e 340 mil cruzeiros e foi aplicado no mercado financeiro. Estes foram os argumentos que deram origem à instalação e funcionamento da CPI da Saúde, gestão Delcíno Tavares.

Gente, na condição de Relator, Srs. Deputados, eu esperei por um ano, ouvi quase 30 pessoas, todas aquelas pessoas que tiveram interesse em vir aqui depor, vieram e, democraticamente, falaram o que quiseram. Aí estão as notas taquigráficas arquivadas aqui nesta Casa. O Dr. Rosinha veio aqui, representando a CUT, como eu disse: falou, falou e não disse nada. O Dr. Aiex falou, falou mas também não disse nada. E acho que todos também da mesma forma. Então apenas para que eu aprovei-

tasse a oportunidade, usei da palavra neste momento - Sr. Presidente, até esperando que o Deputado Rosinha estivesse presente. Porque eu quero lançar um repto aqui a quem quer que seja, sobretudo, o Alex já está condenado pela Justiça, através de uma representação criminal proposta pelo meu irmão de sangue Antônio Carlos de Almeida Cesar. Mas quero lançar aqui um repto ao Deputado Rosinha que andou falando bobagem esses dias aí pela Imprensa, dizendo que aquela CPI não chegou ao final, porque o Deputado - Relator tinha um irmão envolvido. Em nome da minha família, em nome do meu pai, um homem de 86 anos, em nome de minha querida e falecida mãe, em nome da honra e da dignidade do meu irmão, eu lanço um repto aqui ao Dr. Rosinha. Se ele provar e comprovar que o meu irmão é culpado, é responsável, foi a pessoa que desviou recursos da Secretaria da Saúde que havia sido repassado para o DECON, objetivando a reforma e construção de postinhos de saúde conforme consta da documentação da CPI, se o meu irmão foi autor desses desvios, se o Rosinha comprovar eu renuncio ao meu mandato de Deputado. Mas, se for o contrário, eu lanço um repto ao Dr. Rosinha, que faça o mesmo, renunciando o seu mandato, porque levantar denúncias por aí, calúnias, injúrias, difamações, isso pode acontecer lá fora, aqui não. Aqui nós estamos tratando com gente séria, com gente de responsabilidade. Eu coloco o meu mandato à disposição desta Casa se meu irmão teve qualquer culpa nesse episódio, comentado lá atrás quando estive afastado da relatoria. E agora, talvez sem saber, sem ter conhecimento de causa, o Dr. Rosinha saiu por aí esses dias dizendo bobagem pela Imprensa. Então fica aqui o meu repto, o meu desafio. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está livre a palavra, não havendo quem queira se manifestar concedo a palavra ao Dr. Delcino para as considerações finais.

O DR. DELCINO TAVARES - Eu agradeço a participação dos nobres Deputados que me ouviram com paciência e que me fizeram questionamentos. Acho que enriqueceram este momento e me deram oportunidade de abordar, até alguns pontos dos quais eu passei por alto.

Mas, em função da exposição do Deputado Djalma de Almeida Cesar gostaria de apenas me reportar um pouco no tempo da instalação daquela CPI em que falou muito bem o nobre Deputado, ela foi colocada na base de investigar o possível do possível que talvez estivesse ocorrendo aonde ninguém sabe porque e por autoridades da área médica que, em sendo médicos deveriam conhecer a particularidade do momento que

Curitiba, segunda, em 14.06.93

estávamos vivendo, e no entanto, não fizeram. E me chamou atenção naquela época o cabalismo. Essa CPI foi pedida no dia 1º de abril e fizeram um ajuste de numerologia para terminar com 7 itens como de antemão, assinando uma manifestação pública de que se começava a mexer com uma mentira. E a mentira se comprovou após as auditorias que exaustivamente aqui me referi. O que ainda temos hoje problemas. Quais são os problemas? São fáceis de resolver, o Brasil quer colocar saúde para todos. Colocou esse direito na Constituição e não tem dinheiro para pagar a conta e o Estado não tem mecanismo suficiente para fiscalizar adequadamente, para definir o que são dificuldades de transição no momento de vazio de legislação para falta de fiscalização adequada e propiciar a ocorrência de fraudes grotescas.

E por que esse assunto retornou agora? Por que só agora?

E o Deputado Djalma disse que esperou um ano, mais um ano para ter seu relatório contestado e o relatório da auditoria do Tribunal de Contas também contestado e isso não aconteceu. Por que tanto tempo?

E no momento em que o Paraná dentro de um projeto nacional já participava de negociações, composição, se especulava que o Paraná poderia, eventualmente, através do Partido Progressista do qual faço parte, participar do Governo e até se analisava, se faziam conjunturas e colocavam meu nome como ministeriável.

Será que se isso não tivesse ocorrido esse pronunciamento teria ocorrido aqui Deputado Pudell? Tenho minhas dúvidas, não sei.

Conheço os parlamentares do PT com quem convivo na Câmara. Valorosos Parlamentares com quem convivo na Câmara.

Aqui o Deputado Alqaci Túlio fez lembrança daquele episódio lamentável sobre a divisão territorial do Estado, da tentativa de rotura da integridade física do nosso Estado quando eu vi que o Deputado de Minas Gerais, Paulo Delgado do PT pedir a palavra para uma platéia armada, hostil, galerias cheias que vaiavam os Deputados que votaram pelo arquivamento daquela insólita, inusitada burrice que é a divisão do Estado.

E ele alertava a galeria, "vocês estão sendo massa de manobra". Divisão não é solução".

Tomou posição firme até contrariando o momento político sobre o qual ele poderia até tirar uma vantagem, tendo em vista que ele não é paranaense.

Então, respeito muito aqueles parlamentares com quem convivo. E não posso dizer o mesmo do Doutor Rosinha.

Por mais que se tente amenizar a sua ausência ele não teve a grandeza suficien-

te para com essa segunda justificativa, eu interpretava a primeira que era o candidato do Partido dos Trabalhadores.

E a segunda, que por certo poderia ser adiada para 3.^a, 4.^a feira dada a gravidade do episódio conforme foi colocado aqui pelo Deputado Pudell como poderia ter sido feito quem sabe na sexta-feira.

Então, me perdoem a ausência, quem tem neurônios programados para visão e audição seletiva foge do contraditório, foge da presença para um debate franco, honesto e sem intenções de falsear: mas sim de reestabelecer a verdade, e só a verdade prevalece, e só a verdade me consolida, e tenho certeza que essa verdade se consolidará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência na sequência concede a palavra ao Doutor Mário Barbosa Tourinho, da Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle do INAMPS.

O SR. MÁRIO TOURINHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Delcino Tavares.

A Coordenadoria do INAMPS é um órgão eminentemente técnico, é um braço do Ministério da Saúde para auditar as contas e as prestações de contas passadas pelo Governo Federal ao Estado.

Nós sempre, desde que assumimos, isso em 30.07.90, tentamos ter uma posição realmente restrita somente a nossa função, que são verbas Federais.

O sistema de saúde corresponde a Governo Federal, a Governo Estadual e a Governo Municipal, portanto as nossas auditorias sempre são restritas às verbas Federais passadas ao Estado.

Os Senhores Deputados me permitam mostrar como é que funciona uma auditoria. As Secretarias Estaduais ou Municipais, após receberem verbas do Governo Federal, cada semestre nos fazem uma prestação de contas.

Essa prestação de contas é analisada pelos órgãos competentes do INAMPS, e após o detalhamento nós novamente, se não concordamos com essa prestação, nós voltamos perante a Secretaria Estadual ou Municipal pedindo informações.

Isso, após decorrido um prazo de trinta dias, essas informações se forem aceitas a auditoria pode ser aprovada plenamente ou aprovada com restrições. Em muitos casos, após acharmos que o objeto do convênio não foi cumprido, nós emitimos uma ordem de recebimento contra Secretaria Estadual ou Municipal. Esta ordem de recebimento novamente poderá ser contestada, se for aceita está o episódio encerrado; se não for, nós temos que encaminhar isso à direção geral.

É isso que normalmente acontece, após a direção geral, antes da direção geral existe um outro procedimento que chama-se tomada de conta especial. Após a direção geral analisar isso é encaminhado ao Tribunal de Contas da União.

Na gestão do Deputado Delcino Tavares, foram emitidas ordens de serviço, ordens de recebimentos, perdão, na qual o Senhor Deputado que era Secretário de Estado, a saldou, praticamente quase todas, saldou pelo principal.

Agora, só um esclarecimento, saldou pelo principal por quê?

Nós temos aqui em nossas mãos, um diretor de administração e finanças do INAMPS, na ocasião na qual realmente assim o determinava. Posteriormente, com base em Parecer do Tribunal de Contas da União, Doutor Ricardo Ackel, na época Presidente do INAMPS, impugnou e disse que tinha que ser saldado com juros e correção monetária, se fosse feito.

Essas seriam, em linhas gerais, um breve relato de como funciona o INAMPS que atualmente está em processo de extinção, porque realmente, não somos nem assistência médica, muito menos previdência social. Pelo Projeto de Lei será somente um braço do Ministério no controle das contas do Governo Federal e do Estado.

Estou à disposição os Senhores Deputados para os esclarecimentos que porventura houver.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa concede a palavra aos Senhores Deputados se desejarem se manifestar em relação ao doutor Mário Tourinho, fazendo perguntas e as considerações que forem necessárias.

Deputado Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - Gostaria de indagar e talvez esses esclarecimentos sejam importantes, que as denúncias que foram formuladas pelo Deputado Rosinha e rebatidas aqui pelo Deputado Delcino Tavares, elas se deram exatamente em cima de pareceres de auditores do INAMPS sobre contas do Governo do Estado sobre esses convênios de repasses de recursos, e todos esses pareceres, são vários deles, eles mencionam várias aplicações de recursos que não eram objeto desse convênio e aqui eu tenho vários desses pareceres, eles inclusive sugerem suspensão de repasse de recursos, não aprovação das contas, devolução, especificamente sobre essas contas do Paraná, da Secretaria de Estado da Saúde e da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, como o INAMPS processa esses pareceres, e Vossa Senhoria tem conhecimento do resultado disso a nível de instâncias administrativas superiores até do Tribunal de Contas, se

já foi tomada uma decisão definitiva, se efetivamente houve mudança nessas normas, se essas irregularidades que foram apontadas no parecer hoje não seriam mais irregularidades. Nós gostaríamos de ter esses esclarecimentos para o nosso conhecimento.

O SR. MÁRIO TOURINHO - Justamente, o que nós colocamos aos Senhores Deputados é o seguinte: as irregularidades que seriam dentro da nossa ótica federal elas foram sanadas, praticamente todas, na gestão do Deputado Delcino Tavares, mas foram sanadas sobre o principal da dívida, baseada, na época, num parecer do Doutor Viveiros que era a autoridade maior. Posteriormente na evolução por um ato do Doutor Ricardo Akel, não se atentou sobre o principal, então foram emitidas novas ordens de recebimento, esta que gerou este tipo de desencontro, quer dizer, se nós achamos que havia irregularidades, nós emitimos uma ordem de recebimento, e a própria Secretaria aceitou essa ordem de recebimento, na época, tanto é que ela saldou tudo o principal.

O SR. ERNANI PUDELL - Quer dizer então que o Parecer, voltando ao princípio é questão de mérito, já que foram várias questões levantadas nos pareceres e até vou enumerar algumas delas aqui.

Tenho aqui, são, concessão de adiantamento, ausência de plano e trabalho, realização de despesa em desacordo com o objeto e convênio etc.. etc... uma série de questões.

Isso no mérito foi mantido, então? Isso no mérito foi mantido, o que houve depois foi uma solução administrativa de ressarcimento, no início do principal, posteriormente também na correção monetária, mas no mérito as irregularidades houveram, foram mantidas e até o presente momento o parecer dos técnicos que fizeram a auditoria, no mérito, se mantém ainda ou não? Esta é a pergunta objetiva que nós gostaríamos de ter a resposta.

O SENHOR MÁRIO TOURINHO - Realmente, como nós dissemos, existiam ordens de recebimentos e estas ordens foram salgadas; se a ordem foi quitada, se aceitou. Porque dentro do objeto do convênio, o Senhor veja bem, não existe para o Governo Federal taxas, administração, gerência ou similares, contratação de pessoal, vale-transporte, auxílio refeição, quer dizer, isto é na ótica do Governo Federal. Na época, o primeiro contrato, para sermos justos, é vago, não podemos dizer que foi um convênio firmado com todos os itens e nesta auditoria feita, que também nem é feita aqui no Paraná, auditoria do Paraná

"in loco" foi em junho de 91, essas auditorias iam à Brasília, Brasília que julgava.

O SR. ERNANI PUDELL - Mais uma indagação.

Em algum momento esses problemas que geram esses pareceres e toda esta discussão impediram ou, pelo menos protelaram ou prejudicaram os repasses do Governo Federal na área de Saúde para o Estado do Paraná.

O SR. MÁRIO TOURINHO - De maneira nenhuma.

Pelo contrário, o Estado do Paraná, por intermédio da sua Bancada, nós sempre a temos visto coesa, independente de partidos, tem lutado por verbas para o Estado e essas verbas têm chegado em igual condições de qualquer outro Estado da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais Deputados que desejem fazer questionamentos ao Dr. Mário Tourinho, nós concedemos a palavra ao mesmo para que faça as suas considerações finais.

O SR. MÁRIO TOURINHO - Srs. Deputados, realmente, o sistema de saúde, que era SUDS, depois veio a ser SUS, a consolidação desse sistema é longa, ela leva, às vezes, divergências, porém, nós achamos que é por aí que nós temos que caminhar. Com todos os percalços que possam haver, nós estamos no caminho certo.

Nós precisamos, realmente, tentar atender a toda população. Nós no Paraná, com pequenas exceções, temos um Estado muito bem em relação a todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ao agradecermos a presença do Dr. Delcino Tavares e Dr. Mário Tourinho, esta Presidência registra também com satisfação a presença do Prefeito Gilmar Cardoso do município de Farol e do Vereador José Osvaldo da Rocha.

Entende a Assembléia Legislativa que, mais uma vez, cumpriu com o seu dever, abrindo espaço para que, em Sessão Especial, fossem prestados esclarecimentos que eram exigidos por este Plenário.

Esta Presidência, antes de encerrar esta Sessão, lembra, mais uma vez, aos Srs. Deputados para o Café da Manhã para o qual toda a Assembléia foi convidada na Associação Comercial do Paraná, a partir das oito horas da manhã. Todos os Srs. Deputados receberam convite em seus gabinetes.

Concedo, pela ordem, a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu quero solicitar,

Sr. Presidente, um espaço para a companheira Erundina vir aqui até a Assembléia, porque toda a Sessão lembra as contas da Erundina, para ela vir rebater as críticas também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. poderá requerer e o Plenário se manifestará a respeito.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, nós do Partido Democrático Trabalhista, na pessoa do Cezar Silvestri, da companheira Emília Belinati, do nosso companheiro Namir Piacentini, do Deputado Alga-ci Túlio que aqui esteve, da Liderança do Paulo Maia e este que lhe fala, ainda que não tendo a participação direta na requisição desta Sessão da tarde de hoje, foi a única bancada junto com o Partido dos Trabalhadores que permaneceu durante todo o tempo da explanação e, principalmente do

levoimento do Deputado Djalma de Almeida César que foi o relator da CPI.

Eu acredito que aqueles que tiveram a iniciativa de fazer com que esta reunião fosse concretizada, está estampada aqui na presença dos poucos companheiros da Bancada do PP e do próprio PMDB.

Isto demonstra que realmente os interesses quando são levantados, principalmente as dúvidas, a Bancada que mais permanece para esclarecer a dúvida é o PDT do Paraná, que eu acredito que terá a oportunidade de dirigir este Estado no próximo Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nada mais havendo a tratar, esta Presidência encerra a presente Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental, com a Ordem do Dia já anunciada na Sessão de quarta-feira.

Levanta-se a Sessão.